

# EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Entenda as  
diferenças  
entre a Lei de  
Diretrizes e Bases  
da Educação  
Nacional (LDB)  
e o Estatuto da  
Criança e do  
Adolescente (ECA)



Copyright © INSTITUTO LETRAPRETA  
<https://letrapretaedu.com>. | E-mail: [gestao@letrapretaedu.com](mailto:gestao@letrapretaedu.com)



Licença Creative Commons CC BY-NC-ND 4.0: O conteúdo do e-book pode ser reproduzido sob as condições estabelecidas pela Licença Creative Commons CC BY-NC-ND 4.0. Esta licença permite que o material seja copiado e redistribuído apenas se for garantida a atribuição aos autores de cada conteúdo reproduzido. A utilização desta licença só é possível para uso não comercial, sem qualquer tipo de modificação. Os termos da licença podem ser consultados em: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt>

### Organização

Gabriela Rabello de Lima, Maurício Silveira Cardoso

### Coordenação

Everton Ferreira Sales, Jade Reis da Silva, Gabriela Rabello de Lima

### Capa e diagramação

Optchá Editorial

### Revisão

Flávia Regina D. dos Santos e Lucas Maciel dos Santos

Julho 2024

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Educação antirracista [livro eletrônico] : entenda as diferenças entre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) / organização Gabriela Rabello de Lima, Maurício Silveira Cardoso ; coordenação Everton Ferreira Sales, Jade Reis da Silva, Gabriela Rabello de Lima. -- 1. ed. -- Canoas, RS : Instituto LetraPreta, 2024.  
PDF

Vários autores.  
Bibliografia.  
ISBN 978-65-983988-0-4

1. Antirracismo 2. Brasil. Lei de diretrizes e bases da educação nacional (1996) 3. Educação 4. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) 5. Igualdade na educação - Brasil 6. Inclusão escolar 7. Relações étnico-raciais 8. Sociologia educacional I. Lima, Gabriela Rabello de. II. Cardoso, Maurício Silveira. III. Sales, Everton Ferreira. IV. Silva, Jade Reis da. V. Lima, Gabriela Rabello de.

24-216002

CDD-306.43

#### Índices para catálogo sistemático:

1. Relações étnico-raciais : Sociologia educacional  
306.43

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



# LETRA PRETA

- 4** Introdução
- 8** Da aprendizagem significativa à educação popular antirracista
- 15** Garantias de direitos comuns da LDB e do ECA.
- 18** Ampliação da jornada escolar
- 19** Desafios na qualidade de ensino
- 21** Diferença entre componente curricular e habilidades específicas envolvendo o tema
- 22** Questões éticas envolvendo populações quilombolas, indígenas e comunidade PCD
- 24** O que a LDB e o ECA podem ajudar junto a Educação para as relações étnico-raciais (ERER)?
- 25** Check list para o seu currículo



# Introdução

A educação antirracista é uma necessidade urgente em nosso país, por onde a desigualdade racial persiste em diversas áreas, especialmente na educação. Este eBook, “Educação Antirracista: Entenda as diferenças entre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)”, foi concebido e disponibilizado pelo Instituto LetraPreta, uma organização sem fins lucrativos dedicado à promoção de novos futuros através do pilar da educação antirracista e letramento racial no Brasil.

Nosso objetivo é oferecer uma análise detalhada e acessível das principais legislações educacionais brasileiras – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – e demonstrar como elas podem ser utilizadas para promover uma educação mais inclusiva e equitativa. Através da utilização de pesquisas acadêmicas e a contribuição de nossos educadores, exploramos teorias e práticas que fundamentam uma educação crítica e emancipadora, convidando todas as pessoas leitoras a se engajarem na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

# PERSONALIDADES IMPORTANTES PARA EDUCAÇÃO

Para contextualizar a importância das leis e práticas educacionais abordadas neste eBook, apresentamos, a seguir, algumas das personalidades mais influentes na área da educação, cujas ideias e teorias continuam a impactar profundamente a educação no Brasil e no mundo:



**LDB:** Paulo Freire, com sua pedagogia crítica, enfatiza a importância da educação como um direito humano fundamental.

**ECA:** Lev Vygotsky, com sua teoria sociocultural, destaca a educação como um processo social e cultural essencial para o desenvolvimento humano. Responsabilidade dos entes federativos.



**LDB:** Emile Durkheim, com sua visão sociológica funcionalista, defende a necessidade de uma educação pública para a coesão social.

**ECA:** Bronislaw Malinowski, antropólogo funcionalista, destaca a importância da comunidade na educação das crianças. Atendimento educacional especializado.



**LDB:** Jean Piaget, com sua teoria construtivista, ressalta a importância de adaptar o ensino às necessidades individuais de cada aluno.

**ECA:** Howard Gardner, com a teoria das inteligências múltiplas, enfatiza a diversidade de habilidades e potenciais de cada criança. Combate à evasão escolar:



**LDB:** Pierre Bourdieu, com sua teoria sociológica, discute as desigualdades educacionais e os processos de exclusão na escola.

**ECA:** John Dewey, com sua pedagogia progressista, defende uma escola inclusiva e democrática, que promova a participação ativa dos alunos. Participação da comunidade escolar.



### Lélia Gonzalez:

**Quem foi:** Filósofa, antropóloga e ativista.

**Contribuições:** Lélia Gonzalez foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU) e escreveu extensivamente sobre questões raciais e de gênero no Brasil. Seu trabalho influenciou o pensamento feminista e antirracista no país.

### Sugestões de Obras:

“Por um Feminismo Afro-latino-americano”  
“Lugar de Negro”

### Abdias do Nascimento:

**Quem foi:** Ator, diretor e dramaturgo, político, escritor e ativista.

**Contribuições:** Fundador do Teatro Experimental do Negro, Abdias do Nascimento foi um dos principais defensores dos direitos civis e culturais dos negros no Brasil. Sua atuação na política também foi marcada pela luta antirracista.

### Sugestões de Obras:

“O Genocídio do Negro Brasileiro”  
“Sortilégio II: Mistério Negro de Zumbi Redivivo”



### Sueli Carneiro:

**Quem é:** Filósofa e ativista.

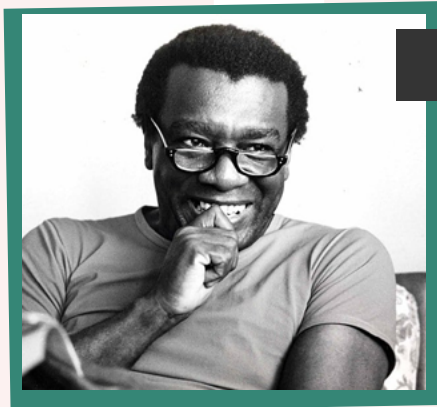
**Contribuições:** Fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra, Sueli Carneiro é uma referência no movimento negro e feminista. Seus trabalhos focam na interseccionalidade entre raça, gênero e classe.

### Sugestões de Obras:

“Escritos de uma Vida”  
“Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil”

# INTELECTUAIS NEGRA/OS

## IMPORTANTES



### **Milton Santos:**

**Quem foi:** Geógrafo e intelectual.

**Contribuições:** Reconhecido mundialmente, Milton Santos trouxe uma nova perspectiva sobre a globalização e a geografia humanista. Ele foi o primeiro brasileiro a receber o Prêmio Vautrin Lud, considerado o "Nobel da Geografia".

### **Sugestões de Obras:**

"Por uma Outra Globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal"  
"O Espaço do Cidadão"

### **Conceição Evaristo:**

**Quem é:** Escritora e professora

**Contribuições:** Conceição Evaristo é conhecida por suas obras literárias que retratam a vida e as lutas das mulheres negras no Brasil. Seu conceito de "escrevivência" é uma maneira de contar histórias a partir da perspectiva de quem as viveu.



### **Sugestões de Obras:**

"Ponciá Vicêncio"  
"Olhos d'água"



# DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA A EDUCAÇÃO POPULAR ANTIRRACISTA

A aprendizagem significativa e a educação popular antirracista compartilham diversos pontos de interseção e complementaridade. Ambas visam transformar o processo educacional em uma experiência relevante, inclusiva e transformadora para todos os envolvidos. Vamos explorar as principais conexões entre esses conceitos.

**Contextualização do conhecimento** é um dos aspectos centrais. De acordo com David Ausubel, a aprendizagem significativa ocorre quando novos conhecimentos são relacionados de maneira substantiva e não arbitrária aos conhecimentos pré-existentes do aluno. Por outro lado, Paulo Freire, um dos principais teóricos da educação popular, enfatiza a importância de contextualizar o ensino na realidade social e cultural dos alunos. Por sua vez, a educação antirracista considera a contextualização e inclui a importância e reconhecimento e valorização da História, cultura e experiências das populações negras. Assim, ambas abordagens destacam a importância de conectar o aprendizado ao contexto e às experiências prévias dos estudantes, tornando a educação mais relevante e engajadora.

**Empoderamento dos estudantes** é outro ponto de convergência. A aprendizagem significativa foca em envolver ativamente os estudantes no processo de aprendizagem, permitindo que eles construam seu próprio conhecimento de maneira significativa. A educação popular antirracista visa empoderar os estudantes, especialmente os de gru-



pos marginalizados, para que reconheçam suas próprias capacidades e identidades, questionem opressões e lutem por justiça social. Desta forma, estas abordagens visam capacitar os alunos serem agentes ativos de suas próprias aprendizagens e de suas vidas, promovendo um senso de agência e autoeficácia.

**Diálogo e participação ativa** são elementos fundamentais em ambas as abordagens. A aprendizagem significativa encoraja o diálogo e a interação entre alunos e professores para facilitar a construção do conhecimento. A educação popular antirracista também valoriza o diálogo, como evidenciado pela “pedagogia do diálogo” de Freire, que é essencial para a conscientização e a transformação social. O diálogo promove um ambiente de aprendizado colaborativo e inclusivo onde todos têm voz.

**Crítica e reflexão.** A aprendizagem significativa promove a reflexão crítica sobre o conteúdo aprendido, levando os alunos a questionarem e aprofundarem seu entendimento. A educação popular antirracista, por sua vez, encoraja uma análise crítica das estruturas de poder e opressão na sociedade, particularmente aquelas baseadas em raça, e busca transformar essas estruturas. A crítica e a reflexão ajudam os estudantes a desenvolverem um pensamento crítico e uma compreensão mais profunda das realidades sociais.

**Valorização da diversidade.** A aprendizagem significativa respeita e valoriza as diferentes experiências e conhecimentos prévios dos alunos. A edu-

cação popular antirracista reconhece e celebra a diversidade cultural e racial, combatendo estereótipos e preconceitos. A valorização da diversidade promove um ambiente educacional inclusivo e respeitoso que reconhece e aprecia as diferenças.

Há diversas maneiras práticas de integrar esses conceitos. Um currículo inclusivo pode integrar conteúdos que reflitam a história e cultura afro-brasileira, conectando esses temas às experiências e conhecimentos dos alunos. Metodologias ativas como projetos, discussões e atividades práticas, permitem aos alunos explorarem questões raciais de forma ativa e contextualizada. A formação de professores deve incluir treinamento contínuo sobre métodos de ensino antirracista e estratégias para promover a aprendizagem significativa. Além disso, criar um ambiente escolar que respeite e celebre a diversidade, onde todos os alunos se sintam valorizados e seguros para expressar suas identidades e experiências, é essencial.



# Alfabetização, Letramento e Aprendizagem significativa

A alfabetização, o letramento e a aprendizagem significativa são conceitos interligados que se complementam e reforçam mutuamente o processo educacional, resultando em um aprendizado mais profundo e relevante para os alunos. Quando aplicados ao contexto da educação antirracista, esses conceitos podem ser especialmente poderosos na formação de indivíduos conscientes e engajados na luta contra o racismo.

A alfabetização refere-se ao processo de aprender a ler e escrever. É a base inicial da educação, na qual os alunos adquirem as habilidades técnicas de decodificar símbolos e entender a correspondência entre letras e sons. Por exemplo, no contexto de enfrentamento ao racismo, a alfabetização inicial pode incluir a leitura de textos simples que apresentam personagens e histórias que refletem a diversidade racial e cultural, promovendo desde cedo uma visão mais inclusiva do mundo.

O letramento vai além da simples capacidade de ler e escrever, envolvendo o uso competente e crítico da leitura e da escrita em diferentes contextos sociais. No contexto antirracista, o letramento inclui a capacidade de ler e interpretar textos que discutem questões raciais, identificar e criticar discursos racistas, e compreender a história e a cultura afro-brasileira. Um exemplo seria a leitura de obras de autores negros e a análise crítica de textos midiáticos que perpetuam estereótipos raciais. O letramento crítico permite aos alunos desenvolverem uma consciência sobre as dinâmicas de poder e opressão presentes na sociedade.

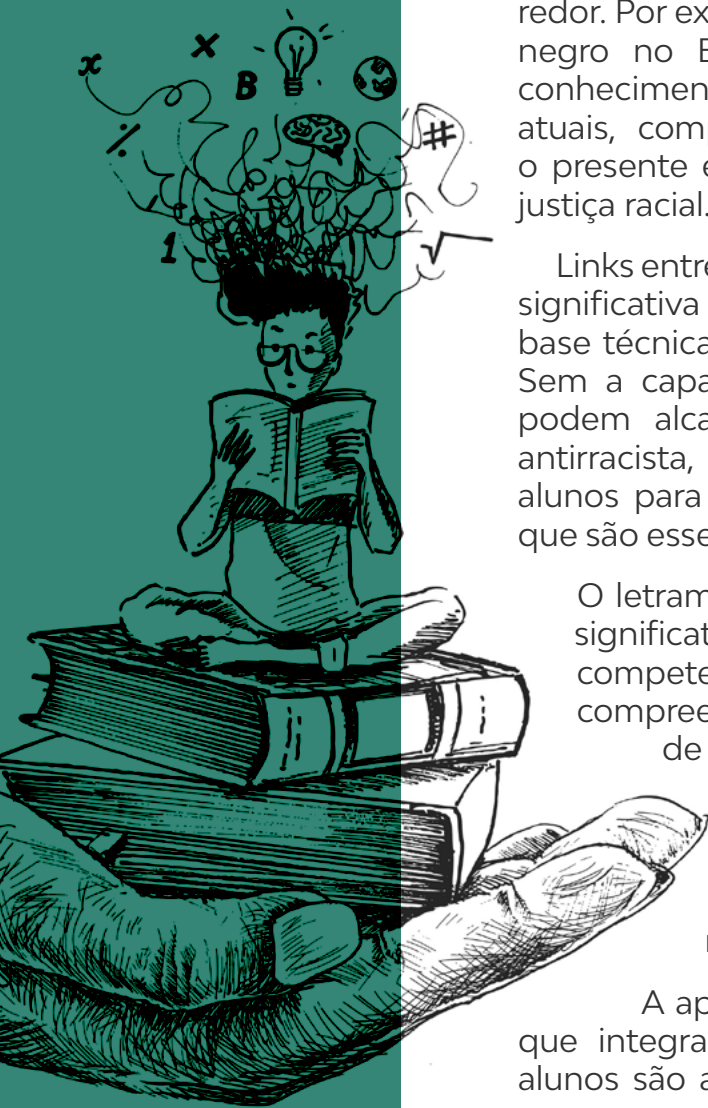
Fonte: <https://www.brasildéfato.com.br/2023/05/18/governo-da-paraliba-anuncia-reajuste-de-80-para-professores-contratados>

A aprendizagem significativa, por sua vez, é um processo em que o aluno relaciona novos conhecimentos com os saberes prévios de maneira substancial e não arbitrária. Em uma pauta de enfrentamento ao racismo, a aprendizagem significativa ocorre quando os alunos conectam o que aprendem sobre racismo às suas próprias experiências e observações do mundo ao seu redor. Por exemplo, ao estudar a história do movimento negro no Brasil, os alunos podem relacionar esse conhecimento às suas próprias vivências e aos eventos atuais, compreendendo como o passado influencia o presente e como eles podem agir para promover a justiça racial.

Links entre alfabetização, letramento e aprendizagem significativa são evidentes. A alfabetização fornece a base técnica necessária para que o letramento ocorra. Sem a capacidade de ler e escrever, os alunos não podem alcançar o letramento pleno. No contexto antirracista, a alfabetização bem-sucedida prepara os alunos para se engajarem em práticas de letramento que são essenciais para entender e combater o racismo.

O letramento é fundamental para a aprendizagem significativa. A capacidade de ler e escrever de forma competente e crítica permite que os alunos acessem, compreendam e integrem novos conhecimentos de maneira significativa. O letramento crítico no contexto antirracista permite que os alunos desenvolvam a capacidade de questionar e desafiar as narrativas racistas e de buscar uma compreensão mais profunda e justa da sociedade.

A aprendizagem significativa é o objetivo final que integra alfabetização e letramento. Quando os alunos são alfabetizados e letrados, estão preparados para se engajar em processos de aprendizagem que são significativos para eles. Isso significa que eles podem, não apenas adquirir novos conhecimentos sobre racismo e antirracismo, mas também, aplicar esses conhecimentos de maneira prática e crítica em suas vidas. A aprendizagem significativa depende de uma base sólida de alfabetização e letramento para ser eficaz.



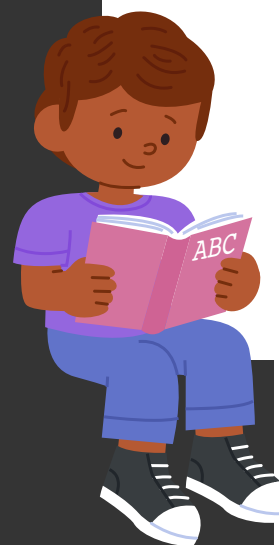
Um exemplo prático seria um projeto escolar sobre racismo. Inicialmente, os alunos seriam alfabetizados com textos e histórias que apresentem diferentes perspectivas raciais. Em seguida, através do letramento, eles seriam incentivados a ler e analisar criticamente artigos, notícias e literatura que tratem do racismo e da cultura afro-brasileira. Finalmente, a aprendizagem significativa seria alcançada ao relacionarem esses conhecimentos com suas próprias experiências e ao desenvolverem projetos que proponham ações concretas para combater o racismo em sua comunidade.

**Assim, alfabetização, letramento e aprendizagem significativa se unem para formar uma educação antirracista completa e transformadora, capacitando os alunos a serem agentes de mudança na luta pela justiça racial.**



# Entenda o que é a LDB e o ECA

As leis e normativas como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) são cruciais para o desenvolvimento de uma educação inclusiva e justa no Brasil. Ambas estabelecem fundamentos legais e diretrizes que garantem direitos essenciais e promovem a proteção e o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Vamos explorar os motivos pelos quais essas duas leis são tão importantes.



## Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

- 1. Estruturação e Organização do Sistema Educacional.** A LDB estabelece a estrutura e organização do sistema educacional brasileiro, definindo os níveis de educação (infantil, fundamental, médio e superior) e as modalidades de ensino. Isso cria um padrão nacional que garante a coerência e a qualidade da educação em todo o país.
- 2. Diretrizes Curriculares.** A LDB determina as diretrizes curriculares que devem ser seguidas pelas instituições de ensino. Isso inclui a obrigatoriedade de conteúdos que promovem a valorização da diversidade cultural e racial, como a história e cultura afro-brasileira e indígena, essencial para uma educação antirracista e inclusiva.
- 3. Equidade e Inclusão.** A LDB promove a equidade e a inclusão educacional, assegurando que todos os alunos, independentemente de sua origem social, raça, gênero ou deficiência, tenham acesso a uma educação de qualidade. Isso é fundamental para reduzir as desigualdades e garantir oportunidades iguais para todos.
- 4. Formação de Professores.** A LDB estabelece normas para a formação e valorização dos profissionais da educação, incluindo a formação continuada e a valorização do magistério. Professores bem preparados são essenciais para implementar uma educação de qualidade e inclusiva.



## Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

- 1. Proteção Integral.** O ECA assegura a proteção integral das crianças e adolescentes, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e estabelecendo medidas para garantir seu bem-estar e desenvolvimento integral. Isso inclui a proteção contra abusos, negligência e exploração.
- 2. Direitos à Educação.** O ECA garante o direito à educação, estabelecendo que esta deve ser gratuita, obrigatória e deve promover o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Ele também assegura o acesso à educação infantil nas creches e pré-escolas para as crianças de até cinco anos de idade.
- 3. Participação e Protagonismo.** O ECA promove a participação e o protagonismo de crianças e adolescentes na sociedade, incentivando que vivenciem atividades culturais, esportivas e recreativas, bem como sejam ouvidas. Isso é vital para a formação de cidadãos conscientes e engajados.
- 4. Responsabilidade Compartilhada.** O ECA estabelece que a proteção e a educação das crianças e adolescentes são responsabilidades compartilhadas entre a família, a sociedade e o Estado. Isso cria uma rede de suporte e garantia de direitos, o que é essencial para o desenvolvimento integral dos jovens.



# VERSÕES DA LDB

**1961 (Lei nº 4.024/61):**

**Organizou a educação em três níveis: fundamental, médio e superior.**

**Estabeleceu as bases da educação nacional, definindo os princípios e objetivos da educação.**

**Definiu as diretrizes para a formação dos profissionais da educação.**

**1971 (Lei nº 5.692/71): Integrou o ensino de primeiro e segundo graus. (Excluindo buscando uma educação mais integrada.)**

**Introduziu a educação profissionalizante, visando a preparação para o mercado de trabalho.**

Ensino Médio Regular e Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Ampliou a educação infantil, tornando-a obrigatória a partir dos 4 anos. Definiu as diretrizes para a educação especial, garantindo o atendimento educacional especializado. Valorizou o magistério, estabelecendo critérios para a valorização dos profissionais da educação. Reforçou a autonomia das escolas, possibilitando a elaboração de seus projetos político-pedagógicos.

# Garantias

## de direitos em comuns da

# LDB e ECA.

- 1. Garantia de Direitos.** Ambas as leis trabalham juntas para garantir que os direitos educacionais das crianças e adolescentes sejam respeitados e promovidos. A LDB estabelece as diretrizes para a educação, enquanto o ECA garante que esses direitos sejam efetivamente protegidos e cumpridos.
- 2. Inclusão e Diversidade.** Tanto a LDB quanto o ECA promovem a inclusão e a valorização da diversidade. A LDB inclui diretrizes curriculares que abordam a diversidade cultural e racial, enquanto o ECA assegura que todos os jovens, independentemente de sua origem ou condição, tenham acesso a uma educação de qualidade.
- 3. Formação Integral.** Ambas as leis visam a formação integral das crianças e adolescentes, preparando-os não apenas academicamente, mas também para a vida cidadã, para o trabalho e para a convivência social. Isso envolve uma educação que vai além do conteúdo acadêmico, promovendo valores como respeito, solidariedade e justiça.



Com o objetivo de diminuir a desigualdade social e racial existente em nossa realidade, a Educação de Jovens e Adultos é formada, em grande parte, por pessoas negras e pobres, sendo uma das principais formas de reverter este cenário.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem importância crucial para alunos negros brasileiros, pois oferece uma oportunidade de acesso à educação formal, promove a inclusão social e contribui para a redução das desigualdades históricas e raciais. Aqui estão alguns pontos que destacam a importância da EJA para essa população:

## 1. Redução das Desigualdades Educacionais

A população negra no Brasil tem enfrentado, historicamente, desigualdades significativas no acesso à educação. EJA oferece uma segunda chance para jovens e adultos negros que não tiveram a oportunidade de concluir a educação básica na idade certa, permitindo que eles adquiram os conhecimentos e habilidades necessários para melhorar suas condições de vida.

## 2. Promoção da Inclusão Social

EJA promove a inclusão social, proporcionando um ambiente educativo acolhedor e inclusivo que valoriza a diversidade cultural e racial. Isto é fundamental para que os alunos negros se sintam respeitados e reconhecidos, fortalecendo sua autoestima e identidade.

## 3. Desenvolvimento Pessoal e Profissional

A conclusão da educação básica por meio da EJA aumenta as oportunidades de inserção no mercado de trabalho e de progressão na carreira. Para muitos alunos negros, isso significa a possibilidade de obter melhores empregos e condições de trabalho, contribuindo com qualidade de vida e a ascensão social.

## 4. Valorização da Cultura e História Afro-Brasileira

EJA pode incluir conteúdos que valorizam a história e a cultura afro-brasileira, promovendo uma educação antirracista que combate estereótipos e preconceitos. Isso é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a diversidade cultural é reconhecida e celebrada.

## 5. Fortalecimento da Consciência Crítica

EJA incentiva o desenvolvimento da consciência crítica dos alunos, capacitando-os a entender e questionar as estruturas sociais e raciais que perpetuam a desigualdade. Isto empodera os alunos negros a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades, lutando por seus direitos e por justiça social.

## 6. Acesso à Cidadania Plena

A educação é um direito fundamental e uma ferramenta essencial para o exercício pleno da cidadania. EJA proporciona aos alunos negros o conhecimento e as competências necessárias para participar ativamente da vida política, econômica e cultural do país, contribuindo para uma sociedade mais democrática e inclusiva.



No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a problematização acerca do cálculo do número de estudantes, do fechamento de escolas de bairro e da oferta de programas em diferentes localidades suscita reflexões importantes para o desenvolvimento de políticas educacionais eficazes e equitativas.

Primeiramente, a determinação do número de estudantes aptos para participar dos programas de EJA envolve um processo complexo, em que variáveis demográficas, socioeconômicas e educacionais desempenham papel fundamental. Critérios precisos e atualizados são necessários para identificar e contabilizar adequadamente aqueles que não concluíram a educação básica na idade regular, garantindo assim que a oferta de vagas e recursos seja adequada e eficiente.

Por outro lado, o fechamento de escolas de bairro é uma prática que frequentemente gera impactos significativos. A proximidade geográfica das escolas desempenha papel crucial na acessibilidade e frequência dos alunos aos programas de EJA. O encerramento de instituições próximas às comunidades pode comprometer o acesso desses indivíduos à educação, exigindo avaliações criteriosas dos motivos e alternativas viáveis para mitigar as consequências negativas, como a implementação de novos pontos de oferta ou o estabelecimento de parcerias educacionais estratégicas.

Além disso, a distribuição equitativa de programas de EJA entre diferentes bairros é um desafio significativo. A garantia de que todos os setores da população tenham acesso igualitário à educação básica é essencial para promover a inclusão social e reduzir disparidades educacionais. Isso requer a adoção de políticas que considerem as características específicas de cada localidade, como a densidade populacional, o nível de renda e as necessidades educacionais particulares de cada grupo.

Em suma, a problematização dessas questões no contexto da EJA não apenas evidencia as complexidades envolvidas na formulação de políticas educacionais inclusivas, mas também estimula a busca por soluções inovadoras e colaborativas que promovam a igualdade de oportunidades educacionais para todos os indivíduos, independentemente de sua idade, origem ou localização geográfica.



# AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR

## UM DIREITO E NECESSIDADE

A obrigatoriedade da inclusão da criança de 6 anos de idade no ensino fundamental foi estabelecida para ser implementada progressivamente, com prazo até o ano de 2010, em conformidade com o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001).

Fonte: <https://oantagonista.com.br/brasil/alunos-do-rs-terao-isencao-na-inscricao-do-enem/>

A meta de 25% das escolas públicas em tempo integral foi estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) e ratificada pelo Plano Nacional de Educação de 2014 (Lei nº 13.005/2014). A implementação dessa meta foi planejada para ocorrer ao longo dos anos seguintes à aprovação do PNE, com prazo final para sua efetivação até 2024.

## Dado atual:

Brasil,  
**6,9%**

equivalente a  
12.278 escolas

das 178,3 mil escolas públicas possuem entre 20% e 50% dos seus estudantes matriculados em tempo integral. Os dados são do Censo Escolar 2022, divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em fevereiro.

A pesquisa mostra, ainda, que

**50,7%**  
(90.487)

das escolas não possuem nenhum estudante com jornada integral. A meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece, como objetivo, oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de modo que atenda a, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica. Para tal, os estudantes devem ter, pelo menos, 7 horas de atividades escolares

# DESAFIOS NA QUALIDADE DO ENSINO



As escolas frequentadas pela população negra e indígena muitas vezes ofereciam recursos educacionais e qualidade de ensino inferiores em comparação com as escolas frequentadas pela população branca.



A falta de investimentos, de valorização dos professores e as violências sociais sofridas por partes dos alunos são apenas alguns dos desafios enfrentados na qualidade do ensino.

Trabalhar com letramento racial no contexto educacional enfrenta diversos desafios relacionados à qualidade do ensino e à efetividade das práticas pedagógicas. Aqui estão alguns dos principais desafios:

- 1. Falta de Formação Específica dos Professores:** Muitos professores não recebem formação adequada para abordar questões de letramento racial em sala de aula. Isso inclui desconhecimento sobre teorias raciais, história afro-brasileira e métodos pedagógicos que promovam a inclusão e a valorização da diversidade racial.
- 2. Currículos Limitados e Excludentes:** Os currículos escolares muitas vezes não incluem conteúdos que abordem de maneira adequada a história e a cultura afro-brasileira, contribuindo para a reprodução de estereótipos e invisibilidade da contribuição negra para a sociedade brasileira.
- 3. Recursos Educacionais Insuficientes:** A falta de materiais didáticos e recursos pedagógicos que abordem questões de letramento racial de maneira apropriada dificulta o trabalho dos professores em promover uma educação antirracista.



- 4. Resistência e Falta de Apoio Institucional:** Algumas escolas e instituições educacionais podem demonstrar resistência ou falta de apoio à implementação de práticas de letramento racial, o que limita as iniciativas dos educadores e o progresso na promoção da igualdade racial.
- 5. Preconceitos e Discriminação no Ambiente Escolar:** A persistência de preconceitos e discriminação racial entre alunos e até mesmo entre professores pode criar um ambiente escolar hostil para a discussão aberta e respeitosa sobre questões raciais.
- 6. Falta de Engajamento e Conscientização dos Alunos:** Alunos podem não estar engajados ou conscientes da importância do letramento racial, o que pode impactar negativamente a receptividade e a eficácia das atividades educativas nesse sentido.
- 7. Avaliação e Mensuração de Resultados:** A dificuldade em avaliar o impacto das iniciativas de letramento racial pode limitar a capacidade de demonstrar a eficácia dessas práticas e de realizar ajustes necessários para melhorar a qualidade do ensino nessa área.



# Diferença entre componente curricular e habilidades específicas envolvendo o tema

Na educação, quando falamos de componente curricular, estamos nos referindo aos temas principais que os estudantes aprendem ao longo do currículo escolar. São os blocos fundamentais do conhecimento como Matemática, História, Ciências, entre outros. Cada um desses componentes tem seus objetivos específicos de aprendizagem, definidos pelas diretrizes educacionais, e servem como pilares para a estrutura do ensino.

Por outro lado, as habilidades específicas são as competências práticas e intelectuais que os alunos desenvolvem ao estudar esses componentes curriculares. São como as ferramentas que os ajudam a entender, aplicar e analisar o conhecimento teórico aprendido. Por exemplo, em História, essas habilidades podem incluir a capacidade de analisar fontes históricas, formular argumentos

baseados em evidências históricas ou compreender diferentes perspectivas sobre eventos passados.

Então, enquanto o componente curricular define o que os alunos devem aprender em termos de temas e conteúdos específicos, as habilidades específicas focam em como os alunos aplicam esse conhecimento na prática, desenvolvendo uma compreensão mais profunda e contextualizada dos assuntos abordados.

Essa distinção é importante porque ajuda a estruturar o ensino de maneira mais eficaz, garantindo, não apenas que os alunos absorvam informações, mas também, que desenvolvam as habilidades necessárias para pensar criticamente, resolver problemas e se preparar para os desafios do mundo real.



# QUESTÕES ÉTICAS ENVOLVENDO POPULAÇÕES QUILOMBOLAS, INDÍGENAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Até a Constituição de 1988, os direitos da população negra e indígena na educação brasileira eram limitados e frequentemente negligenciados. A discriminação racial, ainda presente nos dias de hoje, era mais exacerbada no que tange ao aspecto de educação, refletindo nas políticas educacionais da época. Algumas das principais questões incluíam:

## Acesso limitado:

Pessoas negras e indígenas enfrentavam barreiras significativas para acessar a educação formal, especialmente o ensino superior.

## Qualidade da educação:

As escolas frequentadas pela população negra e indígena muitas vezes ofereciam recursos educacionais e qualidade de ensino inferiores em comparação com as escolas frequentadas pela população branca.

É importante entender que cada grupo tem suas próprias necessidades e direitos específicos que precisam ser respeitados. Por exemplo, as comunidades quilombolas têm o direito de decidir sobre seus territórios e recursos naturais de

forma autônoma, conforme está na nossa Constituição e na Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Isso significa respeitar suas tradições e consultar essas comunidades antes de qualquer projeto que afete suas vidas.

Já as populações indígenas têm uma diversidade cultural incrível, com línguas, práticas espirituais e conhecimentos ancestrais únicos. É urgente proteger essas culturas e garantir que tenham direitos territoriais assegurados, incluindo a demarcação de suas terras tradicionais.

Quanto às pessoas com deficiência, é fundamental promover sua inclusão total, em todos os aspectos da vida; desde a acessibilidade física e de comunicação até o combate aos estigmas e preconceitos que ainda existem.

Em todas essas questões, o respeito à diversidade cultural e o combate à discriminação são essenciais. Envolver essas comunidades em decisões que afetam suas vidas e fortalecer seu empoderamento são passos fundamentais para uma sociedade mais justa e inclusiva para todos/as/es.



## QUESTÕES ÉTICAS ENVOLVENDO POPULAÇÕES QUILOMBOLAS, INDÍGENAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Faz-se necessário realizar consultas e participações dessas comunidades e grupos: Envolver as comunidades quilombolas, indígenas e PCD em processos de tomada de decisão que afetem suas vidas e direitos, garantindo sua participação ativa e informada.

Precisamos estimular o empoderamento e capacitação desses grupos, sempre compreendendo que estes já possuem seus saberes e conhecimentos próprios: Promover programas de capacitação e empoderamento que fortaleçam as comunidades para defender seus direitos, enfrentar desafios e construir futuros sustentáveis e resilientes.

Precisamos promover a Justiça Social e Direitos Humanos: Garantir que todas as intervenções e políticas respeitem os direitos humanos universais e os princípios de justiça social, buscando mitigar as desigualdades históricas e promover a equidade.



Fonte: <https://blog.estantemagica.com.br/educacao-inclusiva-aluna-pcd-escreve-proprio-livro/>



Fonte: <https://blog.imagine.com.br/educacao-escolar-indigena/>

# Em quais aspectos a LDB e o ECA agregam à Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER)?

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) desempenham papéis fundamentais na promoção da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) no contexto educacional brasileiro. A LDB, em seu artigo 26A, estabelece a inclusão obrigatória de conteúdos que abordem a história e cultura afro-brasileira, indígena e demais grupos étnico-raciais nos currículos escolares. Essa medida visa combater estereótipos, promover o respeito à diversidade cultural desde a educação básica e contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

Além da inclusão curricular, a LDB também orienta a formação inicial e continuada dos professores, exigindo que estes estejam preparados para abordar questões de ERER de maneira adequada e inclusiva. Isso é fundamental para que os educadores possam criar ambientes escolares que valorizem e respeitem a diversidade étnico-racial, proporcionando uma educação de qualidade para todos os estudantes.

Por sua vez, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garante os direitos fundamentais das crianças e adolescentes brasileiros, incluindo o direito à educação de qualidade e livre de discriminação. O estatuto assegura medidas protetivas e educativas contra qualquer forma de discriminação racial ou étnica dentro e fora do ambiente escolar, promovendo segurança e inclusão para o desenvolvimento integral deste grupo.

A integração dessas legislações no sistema educacional brasileiro fortalece políticas afirmativas e medidas de equidade, buscando reduzir as desigualdades étnico-raciais e promover a igualdade de oportunidades na educação. Elas proporcionam um arcabouço legal robusto para enfrentar desafios históricos e contemporâneos relacionados à diversidade cultural, assegurando que todos os alunos sejam respeitados, representados e valorizados em suas identidades étnico-raciais.

Portanto, a aplicação conjunta da LDB e do ECA não apenas cumpre com os princípios constitucionais de igualdade e diversidade, mas também contribui significativamente para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, na qual a educação desempenha um papel central na formação de cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com o respeito aos direitos humanos e à pluralidade cultural do Brasil.



# CHECK LIST

## para o seu currículo

Aqui está uma *checklist* com algumas dicas de como promover a Educação para as Relações Étnico-Raciais, considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

- ( ) Verificar se os currículos escolares incluem conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira, indígena e demais grupos étnico-raciais.
- ( ) Assegurar que esses conteúdos sejam abordados de forma interdisciplinar e contextualizada, promovendo o entendimento e o respeito à diversidade cultural desde a educação básica.
- ( ) Oferecer formação inicial e continuada aos professores sobre Educação para as Relações Étnico-Raciais.
- ( ) Incluir estratégias pedagógicas que capacitam os educadores para abordar questões de diversidade étnico-racial de maneira sensível e inclusiva.
- ( ) Promover um ambiente escolar seguro e livre de discriminação racial ou étnica.
- ( ) Implementar medidas educativas e protetivas que respeitem as identidades étnico-raciais dos alunos, conforme orientações do ECA.
- ( ) Incentivar a participação ativa dos estudantes na discussão e promoção da diversidade étnico-racial na escola.
- ( ) Estimular o diálogo aberto e respeitoso sobre temas relacionados às Relações Étnico-Raciais, valorizando as diferentes perspectivas e experiências.
- ( ) Implementar políticas afirmativas que visem reduzir as desigualdades étnico-raciais no ambiente escolar.
- ( ) Monitorar e avaliar regularmente a eficácia dessas políticas, garantindo a equidade de oportunidades educacionais para todos os alunos.
- ( ) Utilizar materiais didáticos e recursos educacionais que promovam a diversidade étnico-racial de maneira positiva e enriquecedora.
- ( ) Incorporar obras literárias, filmes e documentários que abordem histórias e culturas afro-brasileira, indígena e de outras comunidades étnicas brasileiras.
- ( ) Estabelecer parcerias com organizações comunitárias e grupos étnico-raciais para enriquecer o aprendizado e promover a inclusão.
- ( ) Engajar a família, os responsáveis e toda a comunidade escolar nas iniciativas de Educação para as Relações Étnico-Raciais.



+55 51 99893 - 8119



@institutoletrapreta

[www.letrapretaedu.com](http://www.letrapretaedu.com)



@letrapreta